



GRUPO CAPITAL CONSIG HOLDING S.A.
CNPJ:33.189.359/0001-08
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
referentes a exercício findo em 31 de dezembro de

GRUPO CAPITAL CONSIG HOLDING S.A.

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes – 03
Balanço patrimonial – 05
Demonstrações do resultado do exercício – 06
Demonstrações do resultado abrangente – 07
Demonstração das mutações do patrimônio líquido – 08
Demonstrações dos fluxos de caixa – 09
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas – 10

Aos
Acionistas e administradores
GRUPO CAPITAL CONSIG HOLDING S.A.
CNPJ:33.189.359/0001-08

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do **GRUPO CAPITAL CONSIG HOLDING S.A. (“Companhia”)**, identificadas como controladora e consolidado. Respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Companhia**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfases – Empresa investida Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.A.

A empresa investida de forma indireta Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.A. apresentou relatório dos auditores independentes com as seguintes ênfases que não modificaram a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis da investida.

1. Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, às demonstrações contábeis da empresa investida, a Sociedade mantém relações e operações em condições específicas, nos valores de R\$ 2,2 milhões durante o exercício de 2022 com partes relacionadas não integrantes dessa consolidação e cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 jpa apresentava-se liquidado. Entende o auditor independente que o resultado das operações da investida pode ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas em condições de mercado ou com terceiros. A opinião dos auditores da referida sociedade controlada não contém modificação em virtude desse assunto.

2. Desistência de aumento de capital em controlada indireta

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 a Companhia controlada Grupo Capital Consig Holding S.A. transferiu, a título de aporte de capital para a empresa investida Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.A., o montante de R\$ 1.544 mil, protocolando junto ao Banco Central do Brasil o registro do aumento de capital no dia 03 de janeiro de 2023. Contudo, no primeiro trimestre de 2023, a administração da sociedade encaminhou pedido de cancelamento da solicitação de autorização para o referido aumento de capital. Nossa opinião dos auditores da sociedade controlada de forma indireta, Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.A. não contém modificação em virtude desse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2023.

TRÍADE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP015090/O-5

Sergio de Andrade Behrend
Sócio diretor
CRC 1 SP 197708/O-8

GRUPO CAPITAL CONSIG HOLDING S.A.
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022
(expresso em Reais, omitidos os centavos)

	Nota	2022			Nota	2022	
		Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.435	9.026.313	Depósitos		-	671
Operações de Crédito	5	-	86.166	Empréstimos		1.034	1.034
Adiantamentos		-	75.397	Fornecedores		22.213	22.213
Impostos a Recuperar		1	389.596	Obrigações tributárias	9	12.991	1.025.441
Outras contas a receber	6	-	853.230	Outras contas a pagar	10	-	5.512.630
Despesas antecipadas		-	66.000	Total do passivo circulante		36.238	6.561.989
Total do ativo circulante		18.436	10.496.702				
Ativo Não circulante				Passivo não circulante			
Outros créditos		131.860	131.860	Partes relacionadas	11	219.199	219.199
Partes relacionadas	11	1.544.919	-	Total do passivo não circulante		219.199	219.199
Investimentos	7	3.426.581	-	Patrimônio líquido			
Imobilizado e intangível	8	14.567	1.033.542	Capital social subscrito	12	5.295.000	5.295.000
Total do ativo não circulante		5.117.927	1.165.402	Prejuízos acumulados	12	(414.084)	(414.084)
Total do ativo		5.136.363	11.662.104	Total do patrimônio líquido		4.880.916	4.880.916
				Total do passivo		5.136.353	11.662.104

HELEN TORTORETO RIBEIRO DE OLIVEIRA
CONTADORA
CRC – 1SP249125-O

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

GRUPO CAPITAL CONSIG HOLDING S.A.**Demonstração de resultados relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022****(expressa em Reais, omitidos os centavos)**

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Receitas da intermediação financeira		
Operações de crédito	-	155.060
Rendas de cessão de créditos		9.948.847
Receitas de prestação de serviços	-	2.607.233
	<u>-</u>	<u>12.711.140</u>
Despesas da intermediação financeira		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(4.480)
	<u>-</u>	<u>(4.480)</u>
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>-</u>	<u>12.706.660</u>
Outras receitas e (despesas) operacionais		
Despesas administrativas	(48.412)	(8.915.342)
Despesas comerciais	-	-
Impostos e taxas	(13.361)	(640.190)
Despesas financeiras líquidas	(11.342)	(11.342)
Outras receitas operacionais	-	1.999
Outras despesas operacionais	-	(185.145)
Resultado de participações societárias	2.331.536	-
	<u>2.258.421</u>	<u>(9.750.022)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>2.258.421</u>	<u>2.956.638</u>
Imposto de renda	-	(506.991)
Contribuição social	-	(191.157)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(69)
	<u>-</u>	<u>(698.217)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>2.258.421</u>	<u>2.258.421</u>
Atribuído à Controladora	<u>2.258.421</u>	<u>2.258.421</u>
Número de ações	5.295.000	5.295.000
Lucro por ações em Reais	0,43	0,43

HELEN TORTORETO RIBEIRO DE OLIVEIRA
CONTADORA
CRC – 1SP249125-0

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

GRUPO CAPITAL CONSIG HOLDING S.A.

Demonstração de resultados abrangentes relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(expressa em Reais, omitidos os centavos)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Lucro líquido do exercício	<u>2.258.421</u>	<u>2.258.421</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>2.258.421</u>	<u>2.258.421</u>

HELEN TORTORETO RIBEIRO DE OLIVEIRA
CONTADORA
CRC – 1SP249125-O

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

GRUPO CAPITAL CONSIG HOLDING S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(expressa em Reais, omitidos os centavos)

	<u>Capital subscrito</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.100.000</u>	<u>-</u>	<u>(2.672.505)</u>	<u>(1.572.505)</u>
Subscrição de capital em 11 de fevereiro de 2022	2.200.000	(2.200.000)	-	-
Integralização de capital	-	2.200.000	-	2.200.000
Subscrição de capital em 30 de março de 2022	450.000	(450.000)	-	-
Integralização de capital	-	450.000	-	450.000
Subscrição de capital em 26 de dezembro de 2022	1.545.000	(1.545.000)	-	-
Integralização de capital	-	1.545.000	-	1.545.000
Lucro líquido do exercício	-	-	2.258.421	2.258.421
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>5.295.000</u>	<u>-</u>	<u>(414.084)</u>	<u>4.880.916</u>

HELEN TORTORETO RIBEIRO DE OLIVEIRA
CONTADORA
CRC – 1SP249125-O

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

GRUPO CAPITAL CONSIG HOLDING S.A.**Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022****(expressa em Reais, omitidos os centavos)**

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Lucro líquido do exercício antes da distribuição de dividendos	2.258.421	2.258.421
Ajustes ao lucro líquido		
Resultado de equivalência patrimonial	(2.331.536)	-
Depreciação	6.333	179.406
Baixas líquidas de ativo imobilizado	1.900	1.900
Lucro ajustado do exercício	(64.882)	2.439.727
Variação nas contas patrimoniais		
Adiantamentos	-	(75.397)
Operações de crédito	-	57.561
Impostos a recuperar	-	(348.508)
Outras contas a receber	-	(983.311)
Depósitos	-	71
Fornecedores	(1.586)	(156.648)
Impostos a recolher	(411)	973.751
Outras contas a pagar	(202.755)	5.294.494
	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(269.635)	7.201.741
Fluxo de caixas das atividades de investimento		
Partes relacionadas	(3.932.871)	(2.256.101)
Aquisição de imobilizado	-	(449.352)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.932.871)	(2.705.453)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Variação líquida de empréstimos	1.034	1.034
Integralização de capital	4.195.000	4.195.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	4.196.034	4.196.034
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(6.471)	8.692.322
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	24.906	333.991
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	18.435	9.026.313

HELEN TORTORETO RIBEIRO DE OLIVEIRA
CONTADORA
CRC – 1SP249125-O

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

GRUPO CAPITAL CONSIG HOLDING S.A.

CNPJ: 33.189.359/0001-08

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais omitidos os centavos)

1. Informações gerais

O GRUPO CAPITAL CONSIG HOLDING S.A. (“Companhia”), iniciou suas atividades em 16 de outubro de 2019 sob a denominação social de OR Holding Participações S.A. em assembleia datada de 7 de agosto de 2019 sua denominação social foi alterada para Grupo Capital Consig Holding S.A.

A Companhia está sediada na Rua Serra do Japi, nº 1526, Vila Gomes Cardim, município de São Paulo – SP e tem por objeto social a participação societária e o controle de capital de instituições financeiras e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 16 de outubro de 2019 integralizou ações constituindo sua empresa controlada Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.A. que passou a realizar operações de empréstimos, financiamentos e aquisição de direitos creditórios por meio de plataforma eletrônica no termos autorizados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil. A controlada pode ainda realizar serviços de análise e cobrança de créditos para terceiros, atuar como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas, também por plataforma eletrônica, nos termos do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e emitir moeda eletrônica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia (“demonstrações contábeis individuais e consolidadas”) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 22 de março de 2023.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas omitindo-se os centavos.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas IFRS e os normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Resumo das práticas contábeis

3.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada de forma direta, a companhia Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.A. Todas as transações e saldos entre as empresas que estão no perímetro de

consolidação foram eliminados, bem como eventuais lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. Por ser proprietária de 100% das ações da companhia investida, não há participação dos acionistas não controladores.

As informações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

3.2. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação o seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso o Grupo tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por aplicações financeiras de longo prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos do Grupo em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

ii. Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou o déficit resultante são transferidos para os/dos lucros acumulados.

3.3. Investimentos em controladas e controladas em conjunto

O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2)/ IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, A Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

3.5. Empréstimos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo menos quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, exceto pelo derivativo embutido, que é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como por meio do processo de amortização pelo método dos juros efetivos. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método de juros efetivos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na despesa de juros nas demonstrações de resultados.

3.6. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao final do ano, com base no estatuto social, que prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (6.404/76), seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em assembleia.

3.7. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 as ações ordinárias estão classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado líquido de impostos.

3.8. Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.9. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.10. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

Os passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço pelas autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. O Grupo Qual avalia periodicamente as posições tributárias envolvendo interpretação da regulamentação tributária e estabelece disposições quando apropriado.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Bancos conta movimento		
Santander	-	3.159.843
Banco Pactual	12.000	4.888.105
Total de bancos conta movimento	12.000	8.047.948
Aplicações financeiras		
Santander	6.435	6.435
Total de aplicações financeiras	6.435	6.435
Reservas livres Banco Central		
Reservas livres SPB BCO 465	-	971.930
Total de reservas livres	-	971.930
Total de caixa e equivalentes de caixa	18.435	9.026.313

5. Operações de crédito

Estão representadas por operações de crédito sob a forma de empréstimos, que totalizaram R\$ 90.334.

Na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi constituída provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito, e que representa a melhor estimativa da Administração para perdas com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 4.168.

6. Outras contas a receber

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Cessões de crédito	-	539.669
Devedores diversos	-	309.262
Valores a receber de convênios	-	4.300
	<u>-</u>	<u>853.230</u>

7. Investimentos

<u>Controlada</u>	<u>Participação</u>	<u>Patrimônio líquido da controlada</u>	<u>Lucro do exercício</u>
Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.A.	100%	3.426.581	2.331.536

8. Imobilizado e intangível

<u>Controladora</u>				
<u>Imobilizado</u>	<u>Taxas anuais de depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Computadores e periféricos	20%	38.000	(23.433)	14.567
Benfeitorias	20%	-	-	-
		<u>38.000</u>	<u>(23.433)</u>	<u>14.567</u>

<u>Consolidado</u>				
<u>Imobilizado</u>	<u>Taxas anuais de depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Mobiliários	10%	266.890	(47.908)	218.982
Computadores e periféricos	20%	281.674	(98.414)	183.260
Benfeitorias	20%	322.499	(63.984)	258.515
		<u>871.063</u>	<u>(210.306)</u>	<u>660.757</u>

<u>Intangível</u>	<u>Taxas anuais de amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
-------------------	------------------------------------	--------------	------------------------------	----------------------

Benfeitorias	20%	<u>421.778</u>	<u>(48.993)</u>	<u>372.785</u>
		<u>421.778</u>	<u>(48.993)</u>	<u>372.785</u>
Total do imobilizado e intangível		<u>1.292.841</u>	<u>(259.299)</u>	<u>1.033.542</u>

9. Obrigações tributárias

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Imposto sobre operações financeiras	-	166.908
Imposto de renda	-	506.991
Contribuição social	-	191.157
Impostos e contribuições sobre salários	-	1.785
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	12.991	29.817
PIS, Cofins e ISS próprios	-	128.783
	<u>12.991</u>	<u>1.025.441</u>

10. Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Provisão para pagamentos a efetuar - Despesas com pessoal	-	7.611
Valores a serem devolvidos a clientes	-	41.539
Valores a serem devolvidos a sócios	-	229.900
Cientes diversos	-	357.475
Repasse de valores	-	4.876.105
	-	<u>5.512.630</u>

11. Partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os saldos das transações com partes relacionadas se referem a empréstimos de mútuo, devidamente lastreadas em contrato e estavam assim representados:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Partes relacionadas ativas</u>		
Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.A. (a)	<u>1.544.909</u>	<u>-</u>
	<u>1.544.909</u>	<u>-</u>
<u>Partes relacionadas passivas</u>		
Sócios e administradores	64.400	64.400
Grupo Qual Holding S.A.	131.000	131.000
Amais Crédito Consultoria Financeira Ltda.	<u>23.799</u>	<u>23.799</u>
	<u>219.199</u>	<u>219.199</u>

(a) Em dezembro de 2022 a Sociedade remeteu a título de aporte de aumento de capital social na sociedade investida Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.A., no montante demonstrado no quadro acima, protocolando a operação no Banco Central do Brasil em janeiro de 2023. Contudo, no primeiro semestre de 2023 a administração da Sociedade investida encaminhou ao Banco Central o cancelamento da solicitação de autorização para aumento de capital, motivo pelo qual o valor foi reclassificado para partes relacionadas

12. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é composto de 5.295.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00, totalmente subscrito e integralizado até a data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Reserva legal

A sua constituição é feita anualmente, conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores na proporção de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Em seguida, ainda do lucro líquido, serão destacados, se necessário, os valores destinados à formação de reservas para contingência, na forma da lei societária, mediante a proposta da diretoria, aprovada pela Assembleia Geral.

Lucro básico por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis durante o período.